

Em Tese

BREVE HISTÓRIA DE UM FUTURO MILITARIZADO: REFLEXÕES SOBRE O “PROJETO DE NAÇÃO: O BRASIL EM 2035”

A brief history of a militarized future: reflections on the “Nation Project: Brazil in 2035”

Breve historia de un futuro militarizado: reflexiones sobre el “Proyecto de nación: Brasil en 2035”

Bárbara Duwe Lima

Doutoranda em Sociologia e Ciência Política

Universidade Federal de Santa Catarina,

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,

Florianópolis, Brasil

barbara.duwe96@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-5422-9271> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”, investigando-o a partir do entendimento de que ele sintetiza o projeto político de um grupo de militares cuja atuação política ganhou destaque a partir de sua participação no governo Bolsonaro (2018-2022). O estudo reflete sobre a interpretação dos autores do documento a respeito do contexto político, econômico e social do país, bem como as propostas apresentadas para solucionar os problemas mapeados por eles. A análise busca identificar elementos que refletem uma perspectiva militarizada subjacente à visão do projeto para a nação.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Nação: O Brasil em 2035. Militarização. Segurança Pública. Política de Segurança.

ABSTRACT

This article examines the “Nation Project: Brazil in 2035” as an expression of the political agenda of a group of military officers whose influence became prominent during the Bolsonaro administration (2018–2022). The study analyzes how the document’s authors interpret Brazil’s political, economic, and social context, and explores the solutions they propose to the problems they identify. The analysis seeks to uncover elements that reflect a militarized perspective underlying the project’s vision for the nation.

KEYWORDS: Nation Project: Brazil in 2035. Militarization. Public Safety. Security Policy.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el “Proyecto de nación: Brasil en 2035”, investigándolo a partir del entendimiento de que sintetiza el proyecto político de un grupo de militares cuya actuación política ganó destaque a partir de su participación en el gobierno Bolsonaro (2018-2022). El estudio reflexiona sobre la interpretación de los autores del documento respecto al contexto político, económico y social del país, así como las propuestas presentadas para

solucionar los problemas identificados por ellos. El análisis busca identificar elementos que reflejan una perspectiva militarizada subyacente a la visión del proyecto para la nación.

PALABRAS CLAVE: Proyecto de nación: Brasil en 2035. Militarización. Seguridad pública. Política de seguridad.

1 INTRODUÇÃO

Em 19 de maio de 2022, sob a coordenação do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, o Instituto Sagres, o Instituto Federalista e o Instituto General Villas Bôas lançaram o “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”. O documento foi produzido a partir da técnica de construção de cenários prospectivos para, de acordo com o próprio texto, “alargar os mapas mentais; visualizar as principais tendências e suas possíveis rupturas; identificar ameaças e oportunidades; e propor medidas para a construção do melhor futuro possível” (Sagres, 2022). O lançamento deste documento se deu em um contexto pré-eleitoral, no qual se desenhava como embate principal a disputa presidencial entre o candidato de situação Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), e o candidato de oposição Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Tendo em vista o papel de destaque que grupos de militares - e a instituição militar como um todo - exerceram no governo de Bolsonaro (2018-2022), pretende-se investigar o documento a partir do entendimento que ele sintetiza o projeto político desse grupo. Busca-se analisar até que ponto o documento apresenta elementos de militarização tanto em suas propostas - sobretudo aquelas relacionadas à segurança pública - quanto em sua leitura a respeito do contexto político, econômico e social do país.

2 PROJETO DE NAÇÃO: “O DONO É O BRASIL”?

O Projeto de Nação não tem dono. Pertence à sociedade e a seu povo e, assim, terá um perfil tupiniquim. Deverá contar com a participação dos mais diversos atores - pessoas físicas (cidadãos) e jurídicas dos setores público e privado e da sociedade civil.

Somos todos Brasil! (Sagres, 2021, p. 2)

No primeiro parágrafo do seu texto de apresentação, o “Projeto de Nação: O Brasil em 2035” apresenta a seguinte definição: “Projeto de Nação é um nome consagrado na sociedade, cujo significado mais preciso reflete, na realidade, o que seria uma Estratégia Nacional (ou Política Nacional, ou Grande Estratégia, ou ainda, Plano de Estado)” (Sagres, 2022). Tal estratégia é desenhada a partir da elaboração de “Cenários Prospectivos”,



pautados em 37 temas, que culminam na descrição de um “Cenário Foco” que nada mais é do que a descrição de uma conjuntura fictícia do Brasil no ano de 2035. Para propor “Objetivos Nacionais (ou Políticos) e Diretrizes Político-Estratégicas”, foi empregada uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Sagres e intitulada “Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica (FIGE)”. Nela, foi feita uma consulta ao público em geral (que eles denominam Consulta Áugures) e a especialistas para obter temas estratégicos a partir de “um denso diagnóstico de desafios nacionais e internacionais”.

Antes de partir para reflexões acerca do projeto em si, cabe elaborar algumas observações sobre sua autoria. O documento resultou da colaboração de três *think tanks* brasileiras - Instituto Sagres (IS), Instituto Federalista (IF) e Instituto General Villas Bôas (IGBV) -, e sua coordenação geral foi realizada pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva¹ e pela professora Maria Verônica Korilio Campos². Ambos coordenadores são associados ao Instituto Sagres. A instituição, criada em 2004 por um grupo de seis homens³ que compartilham da mesma origem militar⁴ e de uma formação acadêmica similar⁵, tem por fim

¹ Luiz Eduardo Rocha Paiva possui, na área de Ciências Militares, cursos de nível de graduação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), mestrado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Além disso, é pós-graduado pelo MBA Executivo do Exército Brasileiro - Especialização - na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi instrutor na AMAN, EsAO e ECEME, bem como observador militar da ONU em El Salvador. Atualmente, é professor emérito da ECEME, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e diretor da área de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres. Membro do Clube Militar, o general fez parte da Comissão da Anistia, órgão vinculado ao gabinete de Damares Alves, no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no governo Bolsonaro. Fontes: General Luiz Eduardo Rocha Paiva. Sagres: Política e Gestão Estratégica Aplicadas. Disponível em: https://web.archive.org/web/20250324165106/https://sagres.org.br/gen_rpaiva/. Acesso em 23 ago. 2025. General que ameaçou “ruptura” após decisão de Fachin é fã do torturador Ustra. Brasil de Fato. São Paulo, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://archive.is/y8Esl>. Acesso em 23 ago. 2025.

² Maria Verônica Korilio Campos foi presidente do Instituto Sagres de novembro de 2017 a março de 2022, e atualmente compõe a gestão de 2023 como presidente também. É doutoranda em Educação na Universidade Católica de Brasília (UCB). Possui MBA em Gestão Empresarial com Docência Superior pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), é pós-graduada em Administração Financeira, Orçamentária e Contabilidade Pública pela FGV e em Educação a Distância pela Universidade de Brasília (UnB). É graduada em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis pela UDF. Fonte: Equipe. Sagres: Política e Gestão Estratégica Aplicadas. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20250324152256/https://sagres.org.br/equipe/>. Acesso em 23 ago. 2025.

³ Homero José Zanotta Vieira, José de Fátima Moura Leal, José Olavo Coimbra de Castro, Mário Giussepp Santezzi Bertotelli Andreuzza, Raul José de Abreu Sturari e Sérgio de Sousa Cirillo.

⁴ Diplomas em nível de doutorado ou mestrado na área de Aplicações, Planejamento e Estudos Militares (ECEME), Aplicações Militares (EsAO), Ciências Militares (AMAN), juntamente com formações complementares diversificadas.

⁵ Cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Administração, Educação, Planejamento, Gestão Estratégica e Gestão de Projetos em instituições de ensino variadas - com destaque para a Fundação Getúlio Vargas, presente no currículo de quatro dos seis fundadores, tanto na parte de formação acadêmica quanto no exercício profissional de docência.

“promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de soluções tecnológicas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, bem como eventos, consultorias, capacitação, desenvolvimento e treinamento, em suas áreas de conhecimento”⁶.

Além do Instituto Sagres, participou da construção do projeto o Instituto Federalista, fundado em 2005 pelo empresário Thomas Korontai com a finalidade de “promover uma mudança de mentalidade na população brasileira de modo que resgate as suas raízes democráticas originárias [...] e sua antiga estrutura ‘federal’ existente nos primeiros séculos da formação da nacionalidade brasileira”⁷. Junto destes, tem-se o Instituto General Villas Bôas, fundado pelo general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, com a proposta de “lançar um olhar sobre a história do Brasil e do seu povo” para cumprir a “missão” de “elaborar e apoiar estratégias de interesse nacional nos campos do desenvolvimento econômico e social, civismo e cultura, segurança e defesa do Brasil, para o progresso e qualidade de vida do cidadão”⁸.

Quanto aos autores, dentre coordenadores, comitê revisor, membros e colaboradores do Instituto Sagres e *In Memoriam*⁹, são creditadas 41 pessoas. Destas, 4 mulheres e 37 homens; 13 militares¹⁰, 21 civis¹¹ e outras 7 pessoas sobre as quais não constam informações na internet (Shiota, 2023). É importante destacar que houve participação significativa de funcionários - civis e militares - do aparelho de Estado e de membros do governo Bolsonaro na produção coletiva do projeto. Segundo Shiota (2023, p. 368), “a presença destacada de membros da burocracia estatal governamental nos

⁶ Fonte: Conheça-nos. Sagres: Política e Gestão Estratégica Aplicadas. Disponível em: <https://sagres.org.br/conheca-nos/>. Acesso em 23 ago. 2025.

⁷ Fonte: História do Instituto Federalista. IFBrasil. Disponível em <https://if.org.br/historia-do-instituto-federalista/>. Acesso em 23 ago. 2025.

⁸ Fonte: O Instituto: Histórico. Instituto General Villas Bôas. Disponível em: <https://igvb.org/o-instituto/>. Acesso em 23 ago. 2025.

⁹ Dois autores faleceram em decorrência da pandemia da Covid-19 (Shiota, 2023).

¹⁰ “Dos treze militares que assinaram o documento, oito são do Exército, sendo que sete desses foram formados na Aman. Três são da Aeronáutica e formaram-se na Academia da Força Aérea; um é da Marinha, formado pela Escola Naval e um é Major da Polícia Militar do Distrito Federal” (Shiota, 2023, p. 369).

¹¹ “Os civis possuem formações acadêmicas variadas: Economia, Administração, Relações Internacionais, Psicologia, Pedagogia, Turismo, Engenharia e Direito, em instituições como PUC (RJ), FGV, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, UniCeub. Nove deles atuaram ou atuam no aparelho de Estado em diversos cargos como: reitor, diplomata, consultor legislativo no Senado, professor em universidade pública, gestão estratégica no Tribunal Superior do Trabalho, Analista pleno sênior em CT&I, pesquisador IBICT/MCTI, advogado da União. Os doze demais atuam no setor privado e no ‘terceiro setor’” (Shiota, 2023, p. 369-370).

aparelhos privados de hegemonia que produziram, coletivamente, o Projeto de Nação: Brasil 2035 é um dado bastante relevante”.

Outro elemento fundamental para compreender a concepção do documento é o fato de que seus autores se respaldam no procedimento de uma consulta pública, que contou com a colaboração de 2.500 pessoas, para falar em nome de uma suposta “alma indivisível da Nação” (Godoy, 2022). Partindo disso, consideram o documento como a única representação legítima da visão de mundo do povo brasileiro, delegando assim ao próprio povo a autoria do projeto. “Alguém aqui não quer esse Brasil?” questionou Rocha Paiva, em sua fala na solenidade de lançamento do documento, sobre as medidas nele previstas. “Ninguém mais pode dizer que o Brasil não tem projeto de nação. Tem. Não interessa a autoria. O projeto não tem dono, apenas autores”, assegurou o general.

Na cerimônia, que aconteceu em Brasília no auditório da Poupex¹², no Setor Militar Urbano, os oradores que falaram em nome dos institutos enfatizaram, em diversos momentos, o caráter privado do documento, a participação de civis e militares, bem como ressaltaram a dissociação entre o documento, as Forças Armadas e o governo Bolsonaro. Para Godoy (2022, p. 22), “toda a aposta era tratar o trabalho como um documento suprapartidário, acima das paixões e ideologias, para assim apresentá-lo como um manual para futuras administrações, criando estabilidade ao País”. Contudo, em seu discurso, o general Rocha Paiva revelou que o general Hamilton Mourão, então vice-presidente, apoiou a elaboração do projeto e permitiu que os autores levassem a consulta aos ministérios, que mobilizaram a máquina pública para disseminá-la a todo o Brasil, possibilitando assim a obtenção do número desejado de respostas. Logo, na sua concepção primária, o projeto trazia o viés ideológico de um governo marcado pela forte presença militar em postos de alto escalão.

Segundo Domingos Neto (2022, p. 10-11), os dirigentes das entidades responsáveis pelo “Projeto de Nação” são “oficiais superiores que se apresentam como amantes da pátria e representantes autorizados da vontade coletiva” e que se julgam “moral e intelectualmente preparados para indicar aos brasileiros o caminho da justiça, da liberdade e da felicidade”. Ele avalia:

O “Projeto de Nação” em foco não representa oficialmente o pensamento de corporações armadas, mas exprime sentimentos, ideias e proposições correntes nas fileiras. Suas formulações são compatíveis com a prática governamental em curso. Não se trata, portanto, de algo a ser comodamente

¹² Organização privada mantida com dinheiro de militares do Exército.

desconsiderado. Ao contrário, seu estudo representa uma boa oportunidade de observação do pensamento militar brasileiro.

Para Viana (2022, p. 28), a visão dos militares como “gestores eficazes” aptos a resolver qualquer problema que o Brasil venha a enfrentar, em âmbito nacional ou internacional, nunca deixou de estar presente nos governos brasileiros. Desde a retomada da democracia, com o fim da Guerra Fria e a necessidade que as forças militares encontraram de se repensar em um mundo unipolar, a tradição positivista das Forças Armadas deu lugar a uma nova tendência, através da qual escolas de formação superior - como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), a Academia da Força Aérea (AFA) e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) - incluíram cursos de administração em seus currículos.

Junto disso, é importante apontar a relação entre a atuação dos militares em “missões” nacionais e internacionais, em particular as operações de paz das Nações Unidas, e o “retorno” dos mesmos ao cenário político brasileiro. Segundo Marques (2021, p. 253), “na contemporaneidade, as operações de paz são o principal terreno onde as habilidades ‘acadêmicas’ e diplomáticas dos militares são exercitadas”. Neste sentido, cabe destacar a percepção que os próprios egressos das Forças Armadas têm sobre sua atuação política como sendo uma “missão” para “salvar o país”. Fundamentados pela narrativa de que o Brasil estaria desprovido de patriotismo e união, à mercê da corrupção e aparelhado por ideologias comunistas dos partidos de esquerda, o grupo de militares que atuaram em missões internacionais da ONU e posteriormente fizeram parte do quadro político-administrativo de Bolsonaro apresentaram-se não só dispostos, mas habilitados para a tarefa de “pacificar” e “reconstruir” o Brasil.

Como consequência, a participação por si só se mostrou suficiente, nos últimos anos, para credenciar generais junto à imprensa para comentar diversos assuntos que, fundamentalmente, não estão relacionados com as definições legais a respeito do ofício da profissão militar - falando sobre questões como política externa, desigualdade, pobreza e segurança pública (Lima, 2022). Nesse sentido, Marques considera que as missões internacionais serviram de “passaporte para militares na política”: “Imaginar que eles podem sair de uma atividade militar que eles desempenharam bem pra participar do governo que tem outra natureza, porque eles tiveram sucesso profissional numa atividade militar eles também terão numa atividade política, é um erro muito grande” (Melito, 2020).



O resultado disso, segundo o pesquisador Heraldo Makrakis¹³, foi “a prevalência do gerente neoliberal em detrimento do engenheiro desenvolvimentista”, posto que “existe uma compreensão de que, tendo o treinamento adequado, é possível comandar, governar e gerenciar a tudo e a todos” e, mais além, estabelece-se uma percepção que “deixa escapar uma verdade irrefutável: os militares erram tanto quanto os outros seres humanos” (Makrakis apud Viana, 2022). Neste sentido, a noção de “gerencialismo” está diretamente relacionada com a nova doutrina de defesa do pensamento militar, que mescla segurança pública e defesa, ampliando o escopo de atuação das Forças Armadas para diferentes esferas da vida pública. Para Viana (2022, p. 30), o “Projeto de Nação: O Brasil em 2035” é um bom exemplo desse “gerencialismo militar”:

Elaborado pelo instituto do ex-comandante do Exército general Eduardo Villas Bôas, e coordenado pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva, ex-presidente da ONG do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, o documento mostra que, na imaginação dos militares, se eles seguirem no comando do Brasil por mais treze anos, o país poderá ficar livre do “globalismo”, do “ativismo judicial” e do marxismo cultural. Para tanto, basta aplicar os passos descritos no documento, como acabar com a gratuidade do SUS e das universidades públicas.

Percebe-se, nesse ponto, que a percepção de que os militares podem - e devem - comandar, mediar e governar a tudo e a todos está diretamente associada a uma contraposição entre “amigos” e “inimigos”, “bem” e “mal”. Segundo Shiota (2023), a própria autodefinição do projeto como uma “Estratégia Nacional”, conforme o léxico militar, supõe a ideia de inimigo. Isto posto, cabe analisar até que ponto a própria leitura que os autores fazem a respeito da conjuntura do Brasil hoje está mergulhada na lógica da militarização, e de que forma isso se reflete nas propostas apresentadas para a área de segurança pública.

2 O BRASIL DO “FUTURO”: 2035

As poderosas lideranças patrimonialistas e fisiológicas, em grande parte corruptas, e as correntes de pensamento ideológico radical e liberticida, que ocupavam amplo espaço no espectro político-social do Brasil, foram enfraquecidas, o que fortaleceu a coesão, o civismo e a confiança no futuro, por essa imensa maioria da população — determinada, ordeira e trabalhadora — que deseja legar um País melhor para seus filhos e netos (Sagres, 2022, p. 24).

¹³ Coronel da reserva do Exército e doutor em Ciências Militares pela Eceme.

A “história do futuro” do Brasil (Sagres, 2022), contada pelos autores na Parte I do “Projeto de Nação” a partir da metodologia FIGE, assume o formato de um relatório de conjuntura elaborado pela “Consultoria Política e Empresarial para as Américas (CPEAZ)” - um órgão fictício que situa o país em uma posição de “franca neutralidade pragmática e ética” no sistema internacional de ordenamento multipolar onde predominam EUA, China, União Europeia, Reino Unido, Japão, Índia e Rússia. Aqui, é introduzido um dos principais obstáculos que o país enfrentará, na visão dos autores: o “globalismo”.

Os obstáculos, contudo, têm sido enormes, dentre eles o chamado *globalismo* - movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de disposições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários. No centro desse movimento está a elite financeira mundial, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos, conglomerados transnacionais e outros representantes do ultracapitalismo, com extraordinários recursos financeiros e econômicos (Sagres, 2022, p. 11).

Segundo os autores, o argumento central desse movimento propõe que questões como “crises econômicas, proteção do meio ambiente e os direitos das minorias”, que eles consideram “problemas cada vez mais complexos”, sejam tratadas através de um “processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial” (cit., p. 12). Em outras palavras, tais questões seriam mobilizadas pela “elite financeira mundial” em aliança com “países centrais”, “organismos internacionais”, ONGs e “governos nacionais de quaisquer ideologias” com o objetivo de projetar interesses próprios em escala mundial.

Ainda de acordo com o documento, a atuação do “movimento globalista” no Brasil se daria por meio da união com entidades nacionais específicas e do apoio de atores internacionais relevantes, em busca de “interferir nas decisões de governantes e legisladores, especialmente em pautas destinadas a conceder benesses a determinadas minorias, em detrimento da maioria da população” (Sagres, 2022, p. 12). Além disso, haveria a intenção de “exercer ingerência em nosso desenvolvimento econômico, usando pautas ambientalistas a reboque de seus interesses e não pela necessária preservação da natureza”, bem como de “provocar crises que enfraquecem a Nação em sua busca pelo desenvolvimento” (cit.). Ademais, os autores alertam ainda para uma “face mais sofisticada” do “globalismo”, caracterizada pelo que eles chamam de “ativismo judicial político-partidário”, no qual uma parte do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública passaria a operar “sob um prisma exclusivamente ideológico, reinterpretando e agredindo o arcabouço legal vigente, a começar pela Constituição brasileira” (cit.).

Além do “globalismo”, o relatório aponta ainda dificuldades referentes a “conflitos no Entorno Estratégico” do país, responsáveis por ameaçar a soberania nacional e comprometer sua liderança regional. Outro obstáculo mencionado no texto é a “ideologização do sistema educacional, com a doutrinação facciosa efetuada por professores militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais”, considerada culpada pelas “décadas de atraso” que levaram o país ao “subdesenvolvimento” e à “baixa produtividade” (Sagres, 2022, p. 19). Por fim, os autores destacam ainda as ameaças de ataques cibernéticos voltados ao campo da “Segurança Pública e Social” e ao campo Econômico-Financeiro”.

Ao longo das 14 páginas que compõe a Parte I do “Projeto de Nação”, fica evidente que a narrativa apresentada, ao seguir uma lógica de identificação de problemas seguida da apresentação de soluções, acaba se traduzindo em um processo de mapear conflitos e delegar culpados, dentro de uma constante polarização embalada por uma precária teoria da conspiração. Segundo Passos (2022, p. 14, tradução livre), esse processo é característico de uma sociedade militarizada - uma sociedade “que emula valores que foram impregnados por treinamento e educação militares”¹⁴. Além disso, observa-se a presença de outros elementos que sinalizam para o fato de que a visão de “sociedade brasileira”, como está presente no documento, é militarizada: a obediência estrita à autoridade; a importância de hierarquia e da disciplina em relações sociais; o elevado sentimento de polarização, de pertencimento em um grupo que está em oposição a outros, a partir da categorização de indivíduos de acordo com categorias binárias (como “amigo” e “inimigo”, “mal” e “bom”); o enquadramento do conflito como intrínseco à natureza psicológica dos homens; e a associação de termos como “guerra às drogas” ou “guerra ao crime” a políticas públicas em geral.

Por outro lado, o conjunto de propostas apresentadas sugere um processo de militarização, ou seja, um “processo social multifacetado através do qual se torna popularmente aceito abordar problemas sociais com uma perspectiva militar” (Passos, 2022, p. 14, tradução livre)¹⁵. Diante de um momento político no qual as Forças Armadas, sobretudo o Exército, se apresentam como a alternativa mais capacitada, dotada de “neutralidade” e “saber técnico” para governar o Brasil - como o “poder moderador”, livre de

¹⁴ “A militarized institution or society is one that emulates values that were inculcated by military training as well as education”.

¹⁵ “Militarization constitutes a multifaceted social process by which military approaches to social problems gain elite and popular acceptance”.

interesses e de ideologias, responsável por tutelar a democracia brasileira e garantir a lei e a ordem (Lima, 2022) -, o “Projeto de Nação” apresenta uma perspectiva de futuro na qual todos os problemas do país são abordados através da mesma lógica que os militares utilizam em suas missões.

Shiota (2023, p. 374-375) observa que os “amigos” são reconhecidos como a maioria da população, “determinada, ordeira e trabalhadora” (Sagres, 2022, p. 24), que se identifica como “conservadora evolucionista liberal”¹⁶ e personifica interesses nacionais como “o agronegócio, a mineração, a agropecuária, a indústria, as finanças, a corporação militar, a indústria de defesa, as empresas, corporações privadas nacionais ou estrangeiras e seus representantes políticos”. Por outro lado, os inimigos são retratados em contraponto aos “objetivos nacionais”. São os “cidadãos dependentes do Estado para sua sobrevivência” (Sagres, 2022, p. 36), os professores de ensino público que defendem “ideologias radicais”, as elites e lideranças “patrimonialistas” e “corruptas”, os segmentos do poder judiciário que atuam em nome do “globalismo” e, por fim, os ambientalistas e as ONGs nacionais e internacionais que promovem “campanhas caluniosas” e prejudicam o crescimento da “área produtiva” do Brasil (cit., p. 38).

Isto posto, e tendo em vista os conceitos de “militarização” e “militarizado” como definidos por Passos (2022), é importante ressaltar um ponto central da análise sobre o “Projeto de Nação”: investigar em que medida o projeto é militarizado - em termos de reproduzir valores associados à formação e doutrina militares em suas concepções e na leitura que os autores fazem da conjuntura brasileira -, e até que ponto se trata de um projeto de militarização da segurança pública, de fato. Para tal, é necessário um olhar mais aprofundado para os problemas que os autores identificam no que tange à área de segurança pública, bem como para as propostas desenvolvidas para solucioná-los.

3 SEGURANÇA PÚBLICA: EIXO VII

Há décadas, a sensível área de Segurança Pública compartilha, com a Saúde e a Educação, as três áreas de principal importância para a maior parte da população brasileira. Até o final dos anos 2010, a criminalidade e a

¹⁶ Os autores apontam que, no Brasil de 2035, “os cidadãos brasileiros, em sua maior parte, identificam-se como Conservadores evolucionistas, no campo psicossocial, e Liberais, porém, conscientes da responsabilidade social de apoiar, com políticas públicas sustentáveis, as camadas carentes da sociedade” (Sagres, 2022, p. 15). Eles explicam, ainda: “Ser Conservador significa defender a manutenção daquilo que dá efetivo vigor às instituições sociais tradicionais, transmitindo a cada geração o que há de melhor em termos de experiências e contributos humanos, no contexto da cultura e da civilização. Seus principais valores são a liberdade e a ordem, com destaques para a liberdade política e econômica e a ordem social e moral” (cit.).

violência cresciam constantemente, com a leniência de setores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública que viam a criminalidade como fruto da luta de classes, onde os criminosos eram qualificados como vítimas e suas vítimas encaradas como opressores. Somado a isso, deficiências nos sistemas policiais também dificultavam a reversão desse quadro (Sagres, 2022, p. 24).

A Parte II do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035” consiste na definição de “Objetivos Nacionais” e “Diretrizes Político-Estratégicas” a partir de 37 temas, que foram divididos em cinco eixos: I. Geopolítica Mundial; II. Governança Nacional; III. Desenvolvimento Nacional; IV. Ciência, Tecnologia e Educação; V. Saúde; VI. Segurança e Defesa Nacional; VII. Segurança Pública. Para cada tema, aponta-se uma “incerteza crítica”, seguida da descrição de um “mini cenário foco”, para então definir objetivos e diretrizes e, por fim, elencar os “óbices” que dificultam a implementação das diretrizes. O eixo que se propõe a tratar das questões de segurança pública conta com três temas: “Segurança cibernética nos setores de Segurança Pública e Social e Econômico-Financeiro do Brasil” (tema 35); “Situação da Segurança Pública no Brasil” (tema 36); e “Sistema Prisional Brasileiro” (tema 37).

Chama atenção o fato de que o documento oferece tão pouca atenção a um tópico que é (ou deveria ser) uma especialidade de seus autores: são duas páginas dedicadas à Defesa, recheadas de contradições, superficialidades, imprecisões e generalizações (Domingos Neto, 2022). Segundo Soares (2019), na história brasileira recente, foram poucos os governos que apresentaram à sociedade uma política de segurança pública. Até meados dos anos 1990, predominou a perspectiva tecnocrática, reativa e burocrática das polícias, segundo a qual elas são o que são porque devem ser assim, “como se a estrutura organizacional brotasse automaticamente de sua essência e realizasse seu destino natural”, “como se elas não fossem produto de uma história construída por escolhas políticas” (cit., p. 122). Junto disso, Passos (2022, p. 6, tradução livre) pontua que, historicamente, os limites entre a polícia e as instituições militares nunca foram bem delineados, o que suscita preocupações quanto ao comprometimento da democracia, uma vez que as condições para o uso da violência são radicalmente diferentes em contextos “onde há pouco controle civil sobre as forças armadas e os militares raramente são responsabilizados pelas suas atividades”¹⁷.

¹⁷ “Where there is little civilian control over the armed forces and the military is rarely made accountable for their activities, democracy is compromised”.

A polícia é guiada pelo princípio da força mínima, dado que suas tarefas requerem não mais que o nível necessário de coerção física para manter a ordem - além de princípios como o da legalidade, necessidade, proporcionalidade e precaução. Os militares, em contrapartida, possuem o direito legítimo de usar níveis máximos de força para derrotar o inimigo o mais rápido possível durante uma guerra. A adaptação do papel de cada um é desafiadora porque as tarefas associadas a operações policiais ou militares requerem o uso de habilidades cognitivas diferentes. Para Soares (2022, p. 270), o movimento das ideias apresentadas no “Projeto de Nação” postula a autonomização das polícias, mas não uma autonomia absoluta.

De um lado, busca-se a independência em relação à autoridade civil, política e judicial; de outro, ressalta-se o limite ditado por sua subordinação à Justiça Militar e às Forças Armadas, sobretudo o Exército, enquanto “titular exclusivo do direito ao uso da força”. Neste sentido, ele observa que “há uma mudança no traço distintivo do Estado”, visto que “sua natureza enquanto detentor monopolista dos meios de força e titular exclusivo do direito de empregá-los com legitimidade” transfere-se para as Forças Armadas, que por sua vez “passam então a confundir-se com o próprio Estado”. Tendo em vista as diretrizes formuladas no documento, Soares (2022) argumenta que o projeto “tematiza a segurança pública com categorias do senso comum conservador, eximindo-se de considerar o conhecimento acumulado sobre a questão, negligenciando evidências disponíveis e confundindo autodescrições formais das instituições com seu desempenho efetivo”. Sobre a lógica por trás das propostas, ele avalia:

Se a militarização das polícias nos trouxe à situação presente, em que não há prevenção nem investigação, em que prosperam corrupção e violações, em que os profissionais se sentem desrespeitados, em que os gastos bilionários são ineficientes, é porque a militarização não foi suficiente: caberia radicalizá-la. Se o encarceramento em massa tem se mostrado inepto para a contenção da criminalidade e alimentado o crime organizado, é porque seria preciso prender mais, mais rápido, por mais tempo. Se a guerra às drogas tem sido um sorvedouro inútil de vidas e recursos, é porque não tem sido suficientemente intensa (Soares, 2022, p. 268).

Passos (2022) observa, no Brasil, a existência de duas tendências: por um lado, a militarização da polícia, através da incorporação de treinamento militar, armamento e mentalidade de guerra; por outro, a policialização das forças armadas, com o envolvimento em operações que vão desde missões de *peacekeeping* em países emergentes ou operações de combate ao tráfico, ao terrorismo e à migração irregular nas fronteiras nacionais. A combinação dessas tendências, para a autora, resulta em altos níveis de ação

letal dentro das fronteiras nacionais - o que gera consequências generalizadas para comunidades locais de favelas onde essas operações costumam acontecer. Ainda que os “assassinatos extrajudiciais” tenham vitimizado majoritariamente os pobres urbanos, ela aponta que vítimas do crime lutam contra a impunidade dos criminosos e com a falta de resultados em investigações criminais, incentivando perspectivas punitivistas, e demandas por um “punho de ferro”¹⁸. No relatório que descreve a situação do Brasil em 2035, os autores do projeto preveem:

A partir dos anos 2020, sucessivas políticas de Segurança Pública foram concebidas e implementadas, com razoável permanência, assertividade e rigor. Por seu turno, um novo arcabouço legislativo dotou a Justiça de normas legais específicas e mais severas, voltadas ao combate ao crime organizado, tornando os processos mais ágeis e eficazes. Com isso, índices gerais de violência foram reduzidos em diversas regiões do País, embora algumas organizações criminosas ainda permaneçam fortes em determinadas áreas urbanas de grandes cidades, onde desafiam o poder do Estado.

Apesar da melhora dos índices da Segurança Pública, a eficácia do Sistema Prisional Brasileiro ainda carece de políticas mais eficazes, de modo a aperfeiçoar sua gestão. Nos últimos dez anos, a Taxa de Reincidência teve uma tímida melhora, baixando de 70% para 65%, indicando que ainda persistem alguns óbices e ensejando uma reforma mais profunda em todo o Sistema (Sagres, 2022, p. 24).

No eixo de segurança pública, tanto em termos de suas diretrizes quanto em termos dos óbices identificados, problemas como a desigualdade, o racismo e o alto índice de letalidade em operações policiais são ignorados - “constituem não-temas, a despeito de tudo o que sabemos sobre viés de classe, cor e território da Justiça criminal e das ações policiais” (Soares, 2022, p. 269). A resposta do documento, na realidade, sugere ampliar as garantias de impunidade às ações policiais - como a criação de uma “Gendarmeria Federal de fronteiras, portos e aeroportos” e de uma “Guarda Costeira”, organizações que aumentariam o elenco de instituições militares vinculadas às Forças Armadas, fortalecendo-as em detrimento de forças civis. A proposta de reativação de um Ministério de Segurança Pública ocupado por profissionais da área de segurança pública, entendidos

¹⁸ É interessante refletir que esse viés punitivista e o desejo de um “punho de ferro” não se volta na mesma medida para os agentes de segurança, quando estes são responsáveis por mortes decorrentes de operações. Ainda que casos como o do músico Evaldo dos Santos Rosa, cujo carro foi alvo de mais de 200 tiros em ação de militares em Guadalupe (zona norte do RJ), causem uma comoção nacional, a comoção pela morte não se converte, ao menos não na mesma intensidade, no desejo de que os militares que o assassinaram sejam punidos com “punho de ferro”. Fonte: Homem morre após ser baleado em ação do Exército na Zona Oeste do Rio. **G1**, 7 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>. Acesso em 23 ago. 2025.

essencialmente como policiais, teria o efeito de comprometer o exercício da autoridade política e civil.

Conforme Passos (2022), a tendência de acionar o uso de forças militares como polícia é um resultado de demandas sociais pela ordem, políticos dispostos a agradar seus eleitores e as forças armadas ansiosas para encontrar um novo papel. A autora traz um ponto interessante: “No contexto de operações de segurança, o conceito ‘expertise militar’ é muito problemático, já que essa é uma área, a priori, de competência civil” (cit., p. 9, tradução livre)¹⁹. Desse modo, é possível inferir que o documento estrutura suas propostas em torno de um projeto de poder de subordinação da ordem política no qual as Forças Armadas, livres da autoridade civil, determinariam uma verdadeira tutela sobre a sociedade civil (Soares, 2022).

Soares (2019, p. 114-115) define “política de segurança” como “um modelo de orientação para decisões articuladas” cuja finalidade “é fazer com que as instituições do Estado [...] cumpram seu mandato constitucional e tornem efetivos (isto é, realmente praticados) os compromissos fundamentais - ou seja, a afirmação de direitos, que apenas se realizam com o complemento de suas garantias”. O autor argumenta que, em se tratando de políticas de segurança pública, a construção de um consenso mínimo e de alianças amplas, bem como o engajamento da liderança governamental, são componentes tão importantes quanto a competência técnica do diagnóstico multidimensional e a qualidade criativa da imaginação prospectiva. Em outras palavras, o processo dos formuladores da política – desde os meios de implementação até os de avaliação – requer um conhecimento profundo dos fenômenos pluridimensionais associados à insegurança, levando em conta elementos culturais, urbanos, socioeconômicos e intersubjetivos.

A partir dessa definição, fica evidente que as propostas voltadas ao eixo VII não caminham no sentido de aprimorar e aprofundar o arcabouço de proposições referentes às políticas de segurança pública já existentes. Com diretrizes vagas e generalizadas²⁰, o “Projeto de Nação” escolhe não se basear em dados e análises concretas sobre políticas de segurança pública já existentes no Brasil (como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e no mundo, reproduzindo acriticamente a concepção de que o país

¹⁹ “In the context of security operations, the concept “military expertise” is very problematic as this is, a priori, an area of civilian competence”.

²⁰ Como “Promover reformas no arcabouço legislativo, jurídico e prisional, de modo a reduzir a impunidade e tornar a Lei efetiva, ágil e igual, de fato, para todos os atores da sociedade” ou “Estudar e propor uma Lei Nacional de Combate ao Crime Organizado, que o tipifique e o detalhe e, também, permita isolar, indiciar, julgar e condenar, de forma ágil e rigorosa, aqueles a quem um juiz nela enquadrar” (Sagres, 2022, p. 93)

precisa apenas de mais leis, mais rigor e mais rapidez na aplicação das mesmas. Ao desconsiderar a complexidade dos problemas que acometem essa área, os autores se sustentam em uma ideia xenófoba acerca de “forças externas” e do “capital estrangeiro”²¹, acionam a lógica do medo para mobilizar apoio popular e suscitar a intensificação da “guerra às drogas”, além de insinuar a possibilidade de interferência nas instituições que compõem o poder judiciário, comprometendo sua independência - e, em última análise, colocando em xeque a ideia de Estado Democrático de Direito, com seu sistema de pesos e contrapesos.

Contudo, cabe ressaltar o alerta de Soares (2022, p. 269) a respeito do projeto, no sentido de não o considerar uma mera “colcha de retalhos”, posto que há, por trás das contradições e generalizações, “uma estrutura ideológico-política que articula diagnósticos e proposições”. Visando obter uma compreensão total do que o documento defende e representa, o autor recomenda um afastamento das categorias atreladas exclusivamente à segurança pública, para que seja possível contemplá-lo enquanto um projeto de poder em seu conjunto. Nesse sentido, destaca-se ainda a escolha de empregar termos representativos da linguagem militar na elaboração do documento, sobretudo palavras associadas à ideia de guerra e à operacionalização de combate - como “estratégia” (69 menções), “ameaça” (26 menções), “soberania” (23 menções) e “radical” ou “radicais” (22 menções).

Entretanto, é interessante observar como o último item (16) da lista de óbices identificados no Tema 36 - “Situação da Segurança Pública no Brasil” - contribui para compreender tal projeto em sua totalidade:

Dificuldade para reverter o crescimento dos índices negativos dos indutores de violência: consumo e tráfico de drogas ilegais; desagregação familiar; desmotivação e evasão escolar; promoção de antivalores culturais contrapostos a valores como honestidade, verdade, civilidade, bem, moralidade, lisura, respeito à coisa pública, liberdade de pensamento, vida; e outros (Sagres, 2022, p. 94).

Esse diagnóstico revela o que pode ser considerada uma síntese da percepção de conjuntura e das intenções políticas que guiaram os autores na elaboração do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035”. Como colocado por Soares (2022, p. 282), trata-se de uma “confissão tardia dos ingredientes ideológicos que se impuseram ao longo do conjunto de

²¹ O documento apresenta 7 menções da palavra “externas”, atrelada às palavras “ameaças”, “restrições”, “manifestações”, “pressões”, “ingerências” e “disputas”. Já o termo “capital estrangeiro” aparece 6 vezes.

propostas”. Através da mobilização de recursos simbólicos oriundos da farda militar, apresenta-se uma proposta de Brasil que opera sob uma lógica de militarização em todas as suas áreas. Contudo, no que tange à área de segurança pública, o projeto entrega um diagnóstico esvaziado e militarizado, que engloba tudo aquilo que é identificado como “inimigo” ao mesmo tempo que traça diretrizes que contemplam nada além da massificação do poderio militar, em diversas instâncias.

4 CONCLUSÃO

A mitologia criada em torno das Forças Armadas e suas experiências profissionais compartilhadas serviram como fonte de um poder institucionalmente reconhecido, capaz de legitimar o grupo de militares inserido na equipe de Bolsonaro em sua posição dominante no quadro de elites dirigentes do governo federal. Passados alguns anos, é possível afirmar que o fim do mandato de Jair Bolsonaro não fez cessar esse reconhecimento, e muito menos sua capacidade de legitimação. Antes mesmo do processo eleitoral de 2022, marcado por incertezas e ataques à lisura do processo de votação nas urnas eletrônicas, o lançamento do “Projeto de Nação: O Brasil em 2035” demonstrou a intenção de alguns militares do alto oficialato de se manter no comando do país. Mais ainda, constituiu uma síntese do projeto de poder desse grupo.

A escolha de identificar o pensamento ideológico como um “inimigo” atrelado a forças políticas corruptas e radicais é complementada pela tendência de se auto-proclamarem a instituição cuja “mão amiga” tem por missão de vida garantir “a justa felicidade do povo brasileiro”, e cujo “braço forte”, desprovido de interesses próprios, é o mais apto para estabelecer uma estratégia nacional capaz de defender os interesses da “nação” (Sagres, 2021, p. 2). Exemplo dessa perspectiva é a fala do coronel veterano Raul Sturari, então presidente do Instituto Sagres, na solenidade de lançamento do projeto. Após rememorar as palavras do tenente Siqueira Campos, que afirmam: “à Pátria, tudo se deve dar sem nada exigir em troca, nem mesmo compreensão”, e em seguida cumprimentar o então vice-presidente Hamilton Mourão, o coronel salientou: “senhoras e senhores, o Projeto de Nação é fruto de uma longa e diversificada história de amor à pátria”²².

²² Fonte: PROJETO de Nação - Solenidade de Lançamento. Brasília: **Instituto Sagres**, 2022. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZNhzTS-aDF4>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Ainda que o documento não coloque de maneira explícita a proposta de que as Forças Armadas assumam o controle do Brasil, a interpretação que os autores apresentam em seu diagnóstico militarizado sobre a situação vigente do país constata que as instituições, sobretudo aquelas ligadas ao poder judiciário, estão comprometidas - seja por uma suposta submissão ao “movimento globalista” ou por “ideologias radicais” e “liberticidas”. De maneira complementar, o conjunto de diretrizes concebidas no projeto pressupõe a supressão das liberdades e da independência de uma parcela das instituições de Estado, sugerindo medidas que flertam com uma ruptura do regime democrático.

No que concerne à área de segurança, a publicação traz planos e estratégias esvaziadas em termos de dados e estudos concretos, baseados na realidade do país. Ainda que o “Projeto de Nação” traga fortes elementos que sinalizam para um projeto de militarização do Brasil, de modo geral, seus temas, diretrizes e objetivos relacionados à segurança pública são essencialmente pautados na pretensão de firmar as posições político-ideológicas do grupo que assume a autoria do documento. Revela-se, desse modo, a nítida pretensão por parte das forças militares de conduzir os rumos e moldar o futuro do Brasil.

REFERÊNCIAS

DOMINGOS NETO, Manuel. Apresentação. *In*: Idem. **Comentários a um Delírio Militarista**. Fortaleza: Gabinete de Leitura, 2022. p. 7-22.

GODOY, Marcelo. A música que a banda toca. *In*: DOMINGOS NETO, Manuel. **Comentários a um Delírio Militarista**. Fortaleza: Gabinete de Leitura, 2022. p. 22-26.

LIMA, Bárbara Duwe. **Militares de Terno**: a construção da legitimidade de oficiais militares no governo Bolsonaro. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MARQUES, Adriana. A conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

MELITO, Leandro. Três anos depois do Haiti: missão serviu de passaporte para militares na política. **Rádio Brasil de Fato**, 16 out. 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/16/tres-anos-depois-do-haiti-missao-serviu-de-passaporte-para-militares-na-politica>>. Acesso em 10 set. 2022.

PASSOS, Anaís M. **Democracies at War Against Drugs**: The Military Mystique in Brazil and Mexico. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2022. p. 1-18.

SAGRES, Instituto. **Projeto de Nação**: o Brasil em 2035. Brasília, fev. 2022. 96 p.

_____. **Projeto de Nação**: Rumos, Objetivos e Diretrizes Estratégicas para um Brasil Forte e Feliz. Brasília, 2021. 7 p.

SHIOTA, Ricardo R. Projeto de Nação O Brasil em 2035: Direitos sociais, subalternos e meio ambiente. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 16, n. 2, p. 362-382, jul.-dez. 2023.

SOARES, Luiz E. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019. 355 p.

_____. Segurança Pública no Brasil projetado. *In*: DOMINGOS NETO, Manuel. **Comentários a um Delírio Militarista**. Fortaleza: Gabinete de Leitura, 2022. p. 268-283.

VIANA, Natalia. O mito do mito. **piauí**, ed. 189, p. 28-31, jun. 2022.



NOTAS

HISTÓRICO –

RECEBIDO:14/10/2025
APROVADO:21/01/2025
PUBLICADO:

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina realizado via Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) durante todo o período de doutorado por meio do edital de chamada pública CP 62/2024.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

LICENÇA DE USO –

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER –

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

